



**INSTITUTO DE PSICOLOGIA - DEPARTAMENTO DE
PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO -
PED**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA
CLÍNICA E INSTITUCIONAL
TURMA IX
(2010/2011)**

Coordenação: Profa. Dra. Maria Helena Fávero

TRABALHO FINAL DE CURSO

Apresentado por: LÍGIA MARINO ALVES

Orientado por: LUCIA HELENA CAVASIN ZABOTTO PULINO

BRASÍLIA, 2011

**O JOGO E O BRINQUEDO COMO MEDIADORES DA
INTERAÇÃO ENTRE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA
VISUAL E VIDENTES.**

Apresentado por: LÍCIA MARINO ALVES

Orientado por: LÚCIA HELENA CAVASIN ZABOTTO PULINO

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO.....	5
1.1- Colocação do problema	5
1.2- Justificativa	5
1.3- Objetivo	6
II- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	7
1. O processo de inclusão.....	7
2. O processo de inclusão e a criança deficiente visual	7
3. Interação e desenvolvimento.....	8
4. O desenvolvimento da criança deficiente visual	9
5. O papel do jogo e do brinquedo no desenvolvimento	10
6. O papel do psicopedagogo	11
III- MÉTODO DE INTERVENÇÃO	13
Escolha metodológica	13
3.1- Participantes e Contexto	13
3.2- Procedimentos Adotados	13
IV- A intervenção psicopedagógica:	14
4.1- Avaliação Psicopedagógica	14
4.1.1- Sessão 01 de avaliação psicopedagógica	14
4.1.2- Sessão 02 de avaliação psicopedagógica	16
4.1.3- Sessão 03 de avaliação psicopedagógica	18
4.1.4- Sessão 04 de avaliação psicopedagógica	20
4.2- As Sessões de Intervenção	23
4.2.1 – Sessão de Intervenção 1 (25/11/11)	23
4.2.2 – Sessão de Intervenção 2 (29/11/11)	24
4.2.3 – Sessão de Intervenção 3 (01/12/11)	26
V- DISCUSSÃO GERAL DOS RESULTADOS DA INTERVENÇÃO PSICOPELAGÓGICA.....	29
VI- CONSIDERAÇÃO FINAIS.....	31
VII- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	32

ANEXOS	34
Anexo 1- Termo de consentimento e livre esclarecido	35
Anexo 2- Declaração de autorização de uso de imagem	37
Anexo 3- Projeto Político Pedagógico da Escola	39

I - INTRODUÇÃO

A partir da Constituição Federal de 1988, nosso país conseguiu um grande avanço em relação à legislação que desencadeou políticas públicas que insentivam diretrizes e projetos que asseguram os direitos sociais e a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

Essas políticas públicas, além de defender a inclusão, propõem a implementação de ações que viabilizam uma educação voltada para o atendimento às necessidades educacionais especiais decorrentes ou não de deficiências.

O processo de inclusão provocou a desinstitucionalização das crianças com necessidades educacionais especiais além de facilitar o acesso de outras à escolarização, integrando-as todas à escola regular. Freqüentar a escola, ter acesso a um ensino de qualidade, participar das atividades junto com a comunidade escolar são direitos das pessoas assegurados pela Constituição Nacional.

Este trabalho dedica atenção especial ao processo de inclusão dos alunos com deficiência visual (DVs) em interação com os videntes.

1.1- Colocação do Problema

A interação constitui um importante elemento da vida social da criança. É através da interação que a criança exercita habilidades que irão desencadear o desenvolvimento de suas competências sociais. Porém, estudos revelam que crianças com deficiência e, em especial, as com deficiência visual, muitas vezes, ficam isoladas e não interagem com seus pares.

A presente pesquisa se propõe a investigar como o jogo e/ou brinquedo podem mediar a interação entre crianças deficientes visuais com as videntes.

1.2- Justificativa

Estudos realizados por Preisler (1997) constaram que deficientes visuais têm dificuldade de se envolver em atividades de brincadeira livre com crianças videntes e que geralmente interagem com adultos ou brincam sozinhas.

Como professora de uma escola inclusiva onde há vários alunos com deficiência visual (DVs) tenho observado que durante o recreio os alunos cegos interagem pouco com os alunos videntes, comprovando os estudos de Preisler.

O presente trabalho se propõe a investigar como ocorre a interação espontânea entre os alunos DVs e os videntes e se é possível utilizar jogos e/ou brincadeiras para mediar esta interação de modo a promover novas possibilidades de interação.

1.3- Objetivo

Ciente da importância da interação social para o pleno desenvolvimento das crianças, o presente estudo tem dois objetivos: (1) observar como ocorre a interação entre os alunos Deficientes Visuais (DVs) e os videntes durante o recreio escolar; e (2) avaliar se uma intervenção com jogos pode mediar, ampliando e melhorando a interação de alunos DVs com os demais.

II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. O processo de inclusão

A inclusão teve início com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 que defende a igualdade de direitos e dignidade para todos.

O pressuposto filosófico universal e democrático da igualdade, inserido na Constituição Cidadã de 1988, fez surgir a idéia de uma escola para todos que se concretiza, na prática, por uma política de educação inclusiva. A inclusão educacional é um processo justo e irreversível, mas que ainda está em construção e que desencadeou mudanças culturais e sociais. Assumir a inclusão é assumir a diversidade e a mudança de paradigma de que não é a criança quem deve estar pronta para ser inserida na escola e sim a escola é quem deve se preparar para receber toda e qualquer criança (ou todas as crianças).

Diante da proposta de inclusão social e educacional, a escola, mais que nunca, precisa assumir o seu propósito de oferecer um ambiente de aprendizagem adequado e propício à construção da autonomia e independência dos educandos promovendo o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

2. O processo de inclusão e a criança deficiente visual

A Organização Mundial de Saúde estima que existam no Brasil 10% de pessoas com algum tipo de deficiência, das quais 1% a 1,5% teria deficiência visual, o que representa um número aproximado de 1,7 milhões de pessoas. A inclusão social e educacional dessas pessoas é hoje assunto de direitos humanos, de tratados e discussões, que propõem uma educação que satisfaça às necessidades básicas de aprendizagem, o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, a melhoria da qualidade de vida e do conhecimento e a participação na transformação cultural de sua comunidade.

Segundo Sá (2007) o ambiente escolar está impregnado de referências e experiências eminentemente visuais. Tal contexto coloca os alunos com deficiência visual em desvantagem aos demais alunos. O sucesso do processo de inclusão de alunos DVs depende de um ambiente estimulador, de adaptações de materiais e de mediação adequada.

Esta autora acredita que respeitando-se as limitações da criança com deficiência visual, elas diferem pouco das outras crianças no que diz respeito “aos interesses, à curiosidade, às motivações, às necessidades gerais de cuidados, proteção, afeto, brincadeiras, limites, convívio e recreação dentre outros aspectos relacionados à formação da identidade e aos processos de desenvolvimento e aprendizagem.” A autora enfatiza ainda que:

“Devem ser tratados como qualquer educando no que se refere aos direitos, deveres, normas, regulamentos, combinados, disciplina e demais aspectos, brincadeiras, limites, convívio e recreação dentre outros aspectos relacionados à formação da identidade e aos processos de desenvolvimento e aprendizagem”. (p. 14).

Masini (2006) acredita que o processo de inclusão de um aluno com deficiência visual só será bem sucedido, se forem observadas suas limitações. Esta autora defende a interdisciplinaridade, a integração das áreas de conhecimento, para investigar e oferecer condições educacionais e recursos apropriados ao aluno com deficiência visual.

Segundo Vygotski (1997), que defende que a criança com deficiência visual precisa conviver no coletivo social, a educação pode converter o deficiente visual em uma pessoa normal, socialmente válida, e fazer desaparecer a palavra e o conceito de "deficiente" em relação ao cego. Este autor foi, sem dúvida, um dos primeiros defensores da inclusão das crianças com deficiência visual.

3. Interação e desenvolvimento

Segundo Kelman (2008) os estudos do desenvolvimento humano não se restringem a estudos do comportamento infantil, mas do indivíduo em toda sua trajetória de vida. Desenvolvimento humano é entendido por esta autora como um conjunto de processos que implicam em mudanças progressivas do ponto de vista biológico e ambiental, em constante interação (p.13).

Muitos teóricos preocuparam-se em estudar o desenvolvimento humano. Dentre eles estão Jean Piaget, Henri Wallon e Lev Vygotsky. As idéias de Vygotsky se destacaram neste estudo por enfatizar a relação interpessoal, a mediação e a cultura.

A abordagem de desenvolvimento de Vygotsky assume o homem como corpo e mente, como ser biológico e ser social, como membro da espécie humana e participante de um processo histórico. Esta abordagem é sustentada por três pilares

básicos que são: As funções psicológicas que possuem suporte biológico; o funcionamento psicológico que fundamenta-se nas relações sociais; e a relação do homem com o mundo que é mediada por sistemas simbólicos.

4. O desenvolvimento da criança deficiente visual

Segundo Domingues (2010), a cegueira é uma condição orgânica limitante que interfere significativamente no desenvolvimento infantil.

A criança com cegueira apresenta um outro modo de perceber e construir imagens e representações mentais. Tais representações serão construídas na interação com o mundo pelos sentidos remanescentes que irão ativar as funções superiores. A memória, a atenção, a imaginação, o pensamento e a linguagem são sistemas funcionais dinâmicos de fundamental importância para a organização da vida dos deficientes visuais em todos os seus aspectos. O brinquedo e o jogo contribuem de forma eficiente para o conhecimento de mundo e para o desenvolvimento social.

Segundo Domingues (2010), a visão favorece a mobilidade, a localização, integra e organiza as informações provenientes dos outros sentidos de forma abrangente e simultânea. Sendo a visão um órgão integrador dos outros sentidos, o deficiente visual não tem as mesmas possibilidades de comunicação e interação de uma pessoa que enxerga. A ausência da visão faz com que a criança cega interaja com o mundo de maneira diferente de uma criança que enxerga necessitando de mediação para relacionar-se com o meio até adquirir autonomia e independência para brincar, correr, pular, participar de jogos, brincadeiras e atividades lúdicas.

Masini (2006) defende que a pessoa cega desenvolve uma personalidade peculiar por manifestar suas potencialidades apesar de possuir um defeito, uma debilidade tão limitante.

De acordo com os estudos de Vygotsky (1997) a deficiência visual cria dificuldades para a participação em muitas atividades da vida social mas, mantém a principal fonte de conteúdos de desenvolvimento: a linguagem. Nessa concepção, a linguagem adquire papel fundamental para o desenvolvimento cognitivo, pois, pensamento e linguagem são processos interdependentes. A linguagem possibilita o aparecimento das imagens mentais, o uso da memória e o planejamento da ação. Este

autor destaca que linguagem se constitui no principal meio de superar as consequências da deficiência visual.

5. O papel do jogo e do brinquedo no desenvolvimento

O jogo e o brincar são reconhecidos por vários autores como uma maneira de interagir e compreender o mundo. Ao brincar a criança demonstra seus saberes, valores e seus sentimentos em relação ao que a cerca.

Piaget (1967/1978) afirma que para a criança, o jogo possui um significado funcional. Segundo este autor é por meio do jogo que a criança incorpora e transforma a realidade em função de seus hábitos motores (jogo de exercício), ou em função das necessidades do eu (jogo simbólico), ou em função das exigências de reciprocidade social (jogo de regras). O jogo adquire a dimensão de uma situação problema que a criança terá que resolver para alcançar o objetivo de ganhar o jogo. No que se refere à interação, Piaget vê no jogo a oportunidade da criança realizar progressos em direção à socialização.

De acordo com Guralnick (1997), a interação entre pares em casa, na vizinhança, na comunidade e na escola constitui um importante elemento da vida social da criança, pois promove um contexto propício ao desenvolvimento de suas competências sociais.

Huizinga (1971) trata o jogo como um fenômeno cultural, salientando que este é carregado de significado e dotado de um elemento que transpõe o material e que torna insuficientes as explicações que buscam lhe dar uma finalidade biológica. O autor relaciona o brincar com características como a liberdade, a espontaneidade e o prazer.

Vygotsky (1978/1991) dá ênfase à constituição social do brincar como parte do desenvolvimento cultural da criança, e destaca sua contribuição para o desenvolvimento global. O autor vê o brinquedo como o instrumento que preenche as necessidades que não podem ser satisfeitas na situação “real” e o meio pelo qual a criança se apropria do mundo. Para Vygotsky o brinquedo cria uma zona de desenvolvimento proximal da criança, pois ao brincar a criança se comporta além do comportamento habitual de sua idade. É como se ela fosse maior do que realmente é.

O jogo e o brinquedo criam a oportunidade de convívio social defendidos por Vygotsky (1997). Este autor dedicou-se ao estudo das crianças com deficiência visual e

destaca que a criança cega precisa conviver no coletivo social, ser estimulada e acreditada para que possa aprender e se desenvolver.

De acordo com Pulino (2004), Wallon vê o ser humano como um ser genéticamente social. Para este autor, a emoção é o motor inicial do desenvolvimento. É na emoção que a pessoa se constrói e conhece o mundo. Wallon defende a observação como um instrumento de estudo do ser humano em todos os campos funcionais: afetivo, motor, social e cognitivo. O brincar e o jogo adquirem importante dimensão na teoria de Wallon, pois nestas atividades os campos funcionais se integram e possibilitam o desenvolvimento.

6. O papel do psicopedagogo

As idéias de Masini e Domingues se fundem na visão de Scoz (1996) sobre a psicopedagogia. Esta autora acredita que a psicopedagogia não deve ser direcionada somente para os descompassos da aprendizagem, mas também para a melhoria da qualidade de ensino nas escolas. Segundo esta autora, a psicopedagogia precisa resgatar a visão mais globalizante do processo de aprendizagem.

Segundo Altenfelder (2003) a tarefa do psicopedagogo é mediar a interação do outro com o objeto do conhecimento, permitindo que ele possa fazer sozinho no futuro o que consegue fazer hoje só com ajuda.

O jogo e o brincar são reconhecidos por vários autores como uma maneira de interagir contribuindo assim, para o desenvolvimento. Dentre eles, destacamos Vygotsky que sustenta que, no jogo, ao imitar os mais velhos, a criança assume um papel que não assumiria na vida real. O envolvimento nestes jogos revela o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial da criança. Este espaço psicológico, que Vygotsky chama de zona de desenvolvimento proximal, é onde o psicopedagogo deve atuar.

Brenelli (1996) defende que compreender a importância do jogo na pedagogia e na psicopedagogia é imprescindível para que este recurso possa ser utilizado adequadamente.

O jogo, por sua natureza interdisciplinar, é uma ferramenta valiosa para o trabalho psicopedagógico. No presente trabalho, utiliza-se do jogo como mediador das

relações e promotor da integração das funções psicológicas que os alunos DVs precisam desenvolver.

III – MÉTODO DE INTERVENÇÃO

Escolha metodológica

Sendo a finalidade do presente trabalho verificar se o jogo e brinquedo podem contribuir para a interação de crianças DVs com os demais em situação espontânea, optou-se pela metodologia qualitativa, que investiga processos e não se preocupa com dados quantitativos. A pesquisa é considerada um processo de coconstrução de conhecimento, em que pesquisador e participantes interagem. O próprio pesquisador é participante da pesquisa. Os elementos da investigação são construídos e não dados, e são chamados de indicadores empíricos. O pesquisador é o responsável intelectual pelo processo construtivo-interpretativo que realiza com os participantes, considerando a importância da dimensão subjetiva dos indicadores produzidos na pesquisa. (González-Rey, F. 2005)

3.1 - Participantes e Contexto

Os participantes deste estudo serão dois alunos DVs, H, do sexo masculino e MC, do sexo feminino de 14 e 11 anos, respectivamente, de uma escola inclusiva da SEEDF e os alunos que interagirem espontaneamente com os referidos DVs.

3.2 – Procedimentos Adotados.

- Pesquisa documental. Será feita leitura e análise cuidadosa do PPP da escola.
- Observação. Serão realizadas 2 sessões de observação durante o período do recreio dos participantes.
- Entrevista semiestruturada. Serão realizadas 2 entrevistas com os pais dos alunos participantes.
- Conversação. Serão realizadas sessões de conversação com os dois participantes do estudo. Este procedimento consistirá de uma conversa informal durante as filmagens de avaliação e intervenção.

IV – A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

4.1 - Avaliação psicopedagógica

O presente estudo tem por objetivo observar como ocorre a interação entre os alunos Deficientes Visuais (DVs) e os videntes no período do recreio. Durante a avaliação diagnóstica os alunos serão entrevistados, observados e filmados para posterior análise. As filmagens ocorrerão após prévia autorização dos responsáveis pelas crianças.

4.1.1- Sessão 01 de avaliação psicopedagógica.

- **Pesquisa documental**

Objetivo: Analisar o PPP da escola por uma leitura cuidadosa voltada para a questão da inclusão.

a- **Procedimento e material utilizado:** Leitura, análise e registro dos pontos relevantes para a pesquisa.

b- **Resultados obtidos e discussão:**

O PPP da escola onde foi realizada a intervenção, em sua proposta, contempla os alunos com necessidades especiais e a inclusão. No item função social da instituição consta: *“A escola deve, assegurar a todos os alunos, principalmente aos portadores de necessidades educacionais especiais, oportunidade de prosseguimento nos estudos, visando sua inserção na sociedade como cidadãos conscientes e agentes transformadores.”* A escola também estabeleceu como função respeitar a diversidade e desenvolver atitudes de respeito e colaboração entre as pessoas com e sem necessidades especiais.

Valores como respeito, tolerância, ética, justiça, solidariedade, cooperação e responsabilidade constam entre os principais a serem trabalhados pela instituição que frisa: *“principalmente em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais”*.

“A missão desta instituição de ensino é educar respeitando as diversidades pessoais e do cotidiano da vida escolar, oferecendo aos educandos que aqui estudam um ensino de qualidade contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e capazes de transformar positivamente esta sociedade.”

A escola atende a uma clientela de 267 alunos, sendo 48 com necessidades educacionais especiais, ou seja, 18% dos alunos têm algum tipo de deficiência.

Dentre os alunos com necessidades especiais, 63% estão incluídos no Ensino Regular. O restante está em Classe Especial.

A inclusão e o respeito aos ANEEs também aparece nos objetivos geral e específicos da instituição.

A escola também possui projetos como: Recreio Dirigido; Projeto “Indicadores de Inclusão”, que tem como objetivo trabalhar com os professores sobre os Direitos e Deveres da Criança com o Foco da inclusão; e o Projeto Inclusão e Prática Docente com Alunos com Deficiência Visual. Este último elaborado e coordenado por professora da UnB, ela mesma DV.

No PPP da escola, consta que a avaliação dos alunos se dará por meio de adaptação e modificação de técnicas, instrumentos e procedimentos. Para tanto, deverá promover discussões e explanações em sala de aula e em reuniões, também, estimular a participação dos alunos em atividades coletivas da escola.

O PPP prevê, ainda, reunião com os professores regentes e das salas de recursos para a realização das adequações curriculares necessárias; aplicação de avaliações diagnóstica; criação de grupos de estudos sobre as deficiências; análise individual de cada aluno pelo Conselho de Classe; elaboração de cronograma de atendimento individual na sala de recursos; e utilização de materiais didáticos adaptados.

O Plano de Ação da escola em sua dimensão pedagógica e social tem por objetivos 6 e 7 o seguinte: “6- Promover uma inclusão satisfatória de alunos com necessidades educacionais especiais” e “7- Oferecer aos

nossos alunos um ambiente saudável e acolhedor.” As metas e estratégias para alcançar esse objetivos são: “Sensibilizar durante todo o ano letivo, toda a comunidade escolar para o acolhimento destes alunos, respeitando suas limitações e promovendo sua acessibilidade; estimular a participação destes alunos nas atividades coletivas da escola: passeios, apresentações, etc.; elaborar e executar projetos para o recreio: Recreio Legal; promover o monitoramento do recreio; e adquirir brinquedos para a hora do recreio.” O PPP da escola apesar de ter por objetivo acolher e promover a inclusão, prever a elaboração e execução do projeto Recreio Legal, não define as ações que serão desenvolvidas para garantir que os objetivos mencionados sejam alcançados.

O projeto da UnB *“Inclusão e prática docente com alunos deficientes visuais”* está mais voltado para a questão pedagógica em detrimento da social. Este documento define apenas um objetivo voltado para as questões pessoais e sociais – *“Identificar a diversidade na aprendizagem visando a constituição da subjetividade que otimize as possibilidades pessoais e sociais dos educandos”*, demonstrando maior preocupação com as questões acadêmicas dos alunos DVs.

Quanto à formação do docente, o PPP da escola prevê estimular os professores a realizarem cursos na EAPE (Escola de Aperfeiçoamento de professores da SEEDF), assim como a participação em outros cursos e concursos.

4.1.2- Sessão 02 de avaliação psicopedagógica.

- **Observação do recreio (2 sessões)**

Objetivo: Observar as interações em que as crianças DVs se envolvem durante o recreio.

a- **Procedimento e material utilizado:** observação e filmagem dos participantes durante o recreio, utilizando filmadora, lápis e papel.

b- Resultados obtidos e discussão:

Foram realizadas duas filmagens, uma de 20 minutos e outra de 9 minutos, durante o recreio. O primeiro vídeo mostra dois alunos DVs, um menino H e uma menina. No início do vídeo, a aluna está encostada na parede se balançando para os lados e o aluno H está sentado no banco balançando-se para frente e para trás. Depois de alguns minutos, o aluno H se levanta e vai para perto da professora que brinca com outros alunos do ensino especial. H busca interagir com a professora e os demais alunos. Ele faz comentários sobre o jogo de futebol que acontece bem ao lado. Após aproximadamente 6 minutos a aluna se senta no banco onde permanece por todo o recreio. Apenas uma aluna do ensino especial se aproximou da aluna DV e nenhum aluno se dirigiu a ela. Durante todo o período do recreio a aluna conversou apenas com o monitor, que também é DV e comigo que, filmando, lhe fiz algumas perguntas. A professora não tentou inserir a aluna nas brincadeiras que realizava. O aluno H, que buscou a interação, brincou de roda, cantou, pulou e conversou com a professora e com os outros alunos do ensino especial. A mãe do aluno H passou pelo outro lado da cerca durante o recreio e conversou com ele por alguns instantes.

O segundo vídeo mostra 4 alunos DVs sentados em um banco durante o recreio. Os alunos conversam, brincam e cantam entre eles. Os alunos videntes não interagem com os alunos DVs. A filmagem dura 9 minutos e os 4 alunos interagiram apenas com a professora e entre si. Num outro banco, que não aparece na filmagem, há outras 4 alunas também DVs na mesma situação.

A observação das filmagens confirma a hipótese de Preisler de que os deficientes visuais têm dificuldade de se envolver em atividades de brincadeira livre com crianças videntes e que geralmente interagem com adultos ou brincam sozinhas.

A primeira filmagem ilustra bem este fato, pois o aluno H apesar de buscar a interação, permaneceu próximo a professora que brincou com ele e os demais ANEEs de outra classe. Vale salientar que o aluno H,

com 14 anos, brincou com crianças de 7, 8 anos da classe de deficiência intelectual, quando o ideal seria que interagisse com adolescentes da sua idade. A aluna Dv que aparece na primeira filmagem, também possui diagnóstico de TGD e permaneceu sozinha durante todo o recreio. Durante a conversação que o pesquisador estabeleceu com ela enquanto filmava, a aluna não demonstrou se importar com esta situação. Ela fez perguntas sobre a outra aluna de sua classe que faltou e falou algumas frases descontextualizadas.

A segunda filmagem também comprova a hipótese de Preisler e de outros estudiosos. Os alunos DVs interagiram apenas entre si e com a professora. Eles pareciam felizes de estarem juntos, mas foi necessária a intervenção da pesquisadora para que iniciassem a cantar. Antes disso, eles conversavam e a aluna MC discutia com o aluno C que repetia e imitava os colegas. C é um aluno cego da classe de MC que possui diagnóstico de autismo.

4.1.3- Sessão 03 de avaliação psicopedagógica.

Entrevista semiestruturada com a mãe do aluno H (participante).

Objetivos:

- Construir indicadores empíricos (dados) sobre a rotina de vida do aluno.
- Investigar se o jogo e o brincar são valorizados pela família.
- Conhecer melhor o aluno e suas preferências ao brincar.
- Avaliar como ocorre a interação do aluno com outras pessoas.

a- Procedimento e material utilizado:

Entrevista com a mãe do aluno H. Serão utilizados os seguintes materiais; lápis, papel e gravador.

A entrevista será semi-estruturada, pois pretendemos explorar a questão do brincar de forma ampla. Serão feitas questões as mães dos alunos

sobre a rotina dos mesmos e de acordo com as respostas das mães se direcionará a conversa para a questão do brincar.

b- Resultados obtidos e discussão:

Segundo relato da mãe do aluno, a rotina de H gira em torno da escola durante a semana. *“Quando ele acorda, toma café, depois faz alguma lição”* A diversão do aluno durante a semana é assistir televisão. O aluno possui televisão e rádio no quarto e gosta de assistir jogos de futebol, noticiários e filmes de ação. *“Não sei o que ele entende do filme de ação, mas ele assiste. Ele gosta.”*

Nos fins de semana, a rotina muda. *“Quando ele está em casa, ele joga bola no quintal”* o aluno joga futebol com o pai ou o irmão mais novo. Ele não possui bola com guizo, mas desenvolveu estratégias para se divertir com o jogo. Segundo a mãe ele quase sempre acerta o gol.

O aluno também faz uso do computador e sabe acessar os jogos do sistema Dos Vox. *“Ele gosta dos joguinhos do computador.”* O aluno aprendeu a usar o computador na escola no ano de 2010, mas a mãe não soube relatar quais seus jogos preferidos.

Passeios ao shopping também fazem parte dos fins de semana do aluno. *“A gente sai muito vai pra shopping com as tias dele”*.

A mãe do aluno acredita que brincar é importante e que ao interagir o filho aprende a se virar sozinho. Também valoriza o papel da escola neste processo. *“Pela convivência dos outros. Pelo incentivo dos professores, dos colegas.”*

Segundo a mãe de H, a Escola Parque desempenha um papel importante na inclusão de seu filho. É, neste ambiente mais lúdico que o filho convive com crianças de outras escolas e questiona alguns valores. *“Colegas de outra classe que ensinam coisas diferentes.”* *“Ah mãe, o aluno da minha sala falou assim, assim, assim pra mim. É certo ou errado?”* *“Então quer dizer, ele já tá aprendendo a se virar, a pensar de outra forma.”*

Importante relatar que a mãe de H destaca a dificuldade de interação do filho no período o recreio, que é o principal objetivo deste trabalho. *“Na hora*

do recreio sempre eles estão muito sozinhos.” E sugere a criação de um time de futebol misto, de deficientes visuais e videntes, como forma de melhorar a interação desses alunos. “Eu queria que ele tivesse mais esse tempo de estar com as outras crianças, de ter um time de futebol com outras crianças que enxergam, que chamassem ele pra participar também, porque geralmente eles não chamam. Eles brincam entre si, esquecem as outras crianças que é especial.”

A entrevista com a mãe do aluno H demonstra que a vida social do aluno é bem restrita ao núcleo familiar. A família de H preocupa-se em oferecer-lhe momentos de lazer (futebol, TV, passeios) e ele, pelo relato da mãe, demonstra ter interesses próprios (futebol, filmes de ação, etc.). Porém, se considerarmos que o aluno é um adolescente que se encontra na fase de fazer novas descobertas e amizades, falta-lhe a oportunidade deste convívio que é tão importante para seu desenvolvimento. Vale salientar que H está incluído numa turma de segundo ano e convive com crianças de 8, 9 anos.

No decorrer da entrevista a mãe manifestou o desejo de que o filho interagisse mais com adolescentes da sua faixa etária, demonstrando consciência do problema, mas parecendo não saber como resolvê-lo. Fica claro, na entrevista, que a escola tem importante papel na vida de H. A mãe de H demonstrou valorizar não só a parte acadêmica que a escola oferece, mas também os aspectos que influenciam seu desenvolvimento afetivo e social.

4.1.4 - Sessão 04 de avaliação psicopedagógica.

Entrevista semiestruturada com a mãe da aluna participante, MC.

Objetivos:

- Construir indicadores empíricos (dados) sobre a rotina de vida do aluno.
- Investigar se o jogo e o brincar são valorizados pela família.
- Conhecer melhor o aluno e suas preferências ao brincar.
- Avaliar como ocorre a interação do aluno com outras pessoas.

a- Procedimento e material utilizado:

Entrevista com a mãe da aluna MC. Serão utilizados os seguintes materiais; lápis, papel e gravador.

A entrevista será semi-estruturada, pois pretendemos explorar a questão do brincar de forma ampla. Serão feitas questões as mães dos alunos sobre a rotina dos mesmos e de acordo com as respostas das mães se direcionará a conversa para a questão do brincar.

b- Resultados obtidos e discussão:

Segundo relato da mãe da aluna, a rotina de MC gira em torno da escola durante a semana. *“Ela acorda por volta de 9:30, eu preparo o café, ela toma o café, e coloco ela na mesa para estudar um pouquinho”* Durante a semana a aluna se diverte brincando com o irmão de 14 anos de vídeo-game e ouvindo música.

Aos sábados a aluna se diverte balançando na rede, ouvindo música, montando Lego, nadando e brincando no computador. *“Ela gosta de brincar de lego, gosta de ir lá pro quintal balançar na rede, às vezes me pede uma música. Tem final de semana que eu encho a piscina.”* A família frequenta a igreja, onde MC tem a oportunidade de interagir com outras crianças, mas nem sempre de forma satisfatória. Segundo relato da mãe, enquanto todas as crianças estão no parque, MC brinca com elas, mas quando as crianças brincam de pique ou outras brincadeiras, MC fica sozinha. *“Todo mundo some de perto dela e ela fica sozinha.”* *“Na minha igreja tem um monte de criança, mas as crianças não brincam com minha filha. Isso me entristece muito.”*

A mãe da aluna acredita que seja mais fácil para MC interagir com crianças DVs do que com crianças videntes. *“Quando estão juntos, eles conversam mais, se desenvolvem mais, porque todos estão ali, né, deficiente visual.”*

A mãe da aluna acredita que brincar seja importante. *“Eu acho que é muito importante pro crescimento de uma criança brincar.”*

Segundo a mãe, a aluna demonstra preferência por brincadeiras que envolvem o corpo. *“Ela gosta de correr, gosta de pular, gosta de natação. Mas brinquedo, mesmo, ela gosta, mais é do Lego.”*

MC tem um teclado, mas ainda não sabe tocar. *“Ela gosta muito do teclado.” “Ela põe a música baixinha e vai tentando ir no ritmo dela cantando.”*

A aluna faz uso do computador com sistema Dos Vox, mas ainda necessita de auxílio. *“O fato do teclado não estar em Braille, eu acho que ela aperta alguma coisinha errada e aí ela fica: - Pai.”*

A mãe de MC acredita que brincar ajude a filha a aprender. *“Eu acho que a criança aprende mais brincando do que a gente cobrando.”*

A entrevista com a mãe da aluna MC demonstra que a vida social da aluna, como a da maioria das crianças da sua idade, restringe-se ao núcleo familiar, à igreja e à escola. A família de MC frequenta regularmente uma comunidade religiosa onde a aluna interage com outras crianças de sua idade. Embora nem sempre MC seja inserida nas brincadeiras com as outras crianças, o convívio com crianças da sua idade parece ser interessante ao seu desenvolvimento. A comunidade religiosa que a família frequenta promove várias festas e reuniões, MC tem uma vida social bem movimentada. A família também preocupa-se em oferecer-lhe momentos de lazer em casa (dança, música e piscina). Na escola, apesar de MC estar em Classe Especial, ela está bem integrada ao grupo. Ela conhece e conversa com todos. A aluna demonstrou ser muito comunicativa e fazer amizade com facilidade, além do fato de sua defasagem etária ser menor do que a do aluno H.

No decorrer da entrevista a mãe de MC manifestou tristeza por perceber que a filha é excluída de algumas brincadeiras. O fato da mãe da aluna acreditar que seja mais fácil para MC interagir com crianças DVs do que com crianças videntes comprovam os estudos realizados por Preisler (1997) que constataram que deficientes visuais têm dificuldade de se envolver em atividades de brincadeira livre com crianças videntes. A mãe de MC demonstrou, no decorrer da entrevista, estar consciente da importância do brincar e da interação com crianças da mesma faixa etária para o desenvolvimento social e emocional da filha.

4.2 – As Sessões de Intervenção:

Após a avaliação diagnóstica, jogos e brinquedos foram oferecidos pelo psicopedagogo aos alunos deficientes visuais com o objetivo de provocar a interação destes com os demais alunos. Foram realizadas 3 sessões interventivas que ocorreram no período do recreio escolar que é de aproximadamente 20 minutos. As intervenções foram filmadas e analisadas.

4.2.1 – Sessão de Intervenção 1 (25/11/11)

Objetivos:

- Construir, com os alunos, brinquedo que possa ser usado durante o recreio.
- Mediar à interação entre os alunos DVs e os videntes durante o recreio escolar.
- Investigar se o brinquedo pode promover a melhora na interação entre crianças DVs e videntes durante o recreio escolar.
- Conhecer melhor o aluno e suas preferências ao brincar.
- Avaliar como ocorre a interação do aluno com outras pessoas.

a- Procedimento e material utilizado:

Antes do período do recreio foram construídas, com os alunos de Classe Especial de DV, sapatas de lata. Para a confecção das sapatas foram utilizadas duas latas de leite em pó, dois pedaços de corda de náilon e dois pedaços de mangueira.

Após a confecção das sapatas as crianças foram desafiadas a andar com elas durante o recreio. A confecção das sapatas e sua utilização no recreio foram fotografadas e filmadas com máquina fotográfica digital.

b- Resultados obtidos e discussão:

Das 3 crianças da Classe Especial que confeccionaram as sapatas, 2 as levaram para o recreio.

O filme mostra inicialmente as crianças DVs tentando andar com as sapatas enquanto as algumas crianças ficam ao redor observando. A aluna MC anda com facilidade com as sapatas enquanto o seu colega de classe anda com a ajuda da professora que cuida do recreio. As crianças dão risadas. Um aluno vidente se aproxima da aluna MC. Eles conversam e a aluna MC anda para perto do aluno H com as sapatas. Ela explica como se usa o brinquedo. O aluno H pega o brinquedo e o examina. O aluno vidente pega o brinquedo e tenta ajudar o aluno H a subir nas sapatas. Neste instante, chega outro aluno vidente que se interessa pelo brinquedo e tenta usá-lo. Ele dá apenas dois passos, desce e entrega o brinquedo para o primeiro aluno vidente, que ao seu turno, anda com as sapatas. Outro aluno vidente também experimenta o brinquedo. O aluno H tenta novamente e consegue dar uns passos.

Durante todo o recreio os alunos videntes e DVs brincaram com as sapatas, cada qual ao seu turno. O outro aluno da Classe Especial que levou o brinquedo para o recreio ficou brincando com a ajuda da professora por todo o período observado.

Comparando os dois primeiros vídeos com o segundo, não há dúvida de que o brinquedo favoreceu a troca entre as crianças videntes e as DVs, criando a possibilidade de interação. A aluna MC surpreendeu seus colegas e aos professores ao fazer uso das sapatas com muita facilidade. Alguns alunos videntes não conseguiram andar com as sapatas, o que possibilitou que os alunos DVs demonstrassem que são capazes.

As crianças demonstraram gostar do brinquedo. Elas deram muitas risadas e fizeram vários comentários sobre as sapatas. No dia seguinte ao da atividade a mãe de MC relatou que a filha havia adorado o brinquedo e que o estava usando em casa.

4.2.2 – Sessão de Intervenção 2 (29/11/11)**Objetivos:**

- Investigar se o brinquedo pode promover a melhora na interação entre crianças DVs e videntes durante o recreio escolar.

- Mediar a interação entre os alunos DVs e os videntes durante o recreio escolar.
- Jogar bola.
- Conhecer melhor o aluno e suas preferências ao brincar.
- Avaliar como ocorre a interação do aluno com outras pessoas.

a- Procedimento e material utilizado:

Uma bola com guizo foi oferecida aos alunos da Classe Especial para brincarem durante o recreio. As crianças foram DVs foram conduzidas até uma parte do pátio que possui um degrau e é cercado por grade. As crianças foram filmadas com máquina fotográfica digital.

b- Resultados obtidos e discussão:

Foram realizados dois filmes durante esta sessão.

O primeiro filme mostra as crianças DVs na área cercada com duas crianças videntes que tentam brincar com eles. A aluna MC pega a bola e a joga no chão. O aluno H tenta encontrar a bola com o pé. Quando a encontra, chuta. Há algumas poças d'água no chão e as alunas videntes pegam a bola com a ponta dos dedos. Os outros alunos DVs permanecem segurando e se balançando na grade. A professora da sala de recursos chega para conversar com o aluno H. Todos se reúnem ao redor da professora e a bola fica esquecida no chão.

O segundo vídeo mostra os alunos em círculo numa brincadeira dirigida de bola. A brincadeira inicia-se com 8 alunos do Ensino Especial (4 alunos DVs, 3 DI e 1 TDAH) e consiste em escolher um colega da roda para lançar a bola. O aluno deve dizer o nome do aluno para quem quer lançar a bola antes de fazê-lo. Quando é um aluno DV que vai lançar a bola, a criança que vai recebê-la deve bater palmas para que o aluno DV oriente-se pelo som. O vídeo dura 12 minutos e contou com a participação da pesquisadora no jogo. Passados 3 minutos do início do jogo, duas alunas se aproximam e observam a brincadeira. Pergunto se querem brincar. As duas falam seus nomes e entram na roda. Antes que o jogo prossiga, chega mais uma aluna para brincar. Mal esta aluna se senta na roda aparece mais uma que também entra. Uma das duas alunas que chegou primeiro vê uma aluna DV sentada no banco e vai buscá-la para participar da

brincadeira. Agora, são 13 alunos brincando sendo : 5 DVs, 3 DIs, 1 TDAH e 4 sem necessidades especiais. A pesquisadora se retira da roda e fica, de fora, coordenando a brincadeira. O jogo prosseguiu até o término do recreio.

A idéia inicial era a de oferecer a bola e deixar que as crianças se organizassem livremente. Porém, isto não ocorreu. As crianças necessitaram de mediação para iniciar a brincadeira. As crianças videntes demonstraram desejo de interagir com as DVs e as outras do ensino especial, mas parecem não saber como fazê-lo. Quando há uma mediação e uma orientação de como proceder elas conseguem brincar com os alunos do Ensino Especial. Estes fatos comprovam o que defende Sá (2007) de que sucesso do processo de inclusão de alunos DVs depende de um ambiente estimulador, de adaptações de materiais e de mediação adequada.

4.2.3 – Sessão de Intervenção 3 (01/12/11)

Objetivos:

- Investigar se o brinquedo pode promover a melhora na interação entre crianças DVs e videntes durante o recreio escolar.
- Propiciar momentos de livre interação entre alunos DVs e videntes durante o recreio.
- Utilizar brinquedos e jogos para mediar a interação entre os alunos DVs e os videntes durante o recreio escolar.
- Conhecer melhor o aluno e suas preferências ao brincar.
- Avaliar como ocorre a interação do aluno com outras pessoas.

a- Procedimento e material utilizado:

Para esta sessão foi delimitado um espaço com tapete de EVA no pátio da escola. Um balde com vários brinquedos foi colocado sobre o tapete. No balde havia: peças para encaixe, quebra-cabeça de formas geométricas, animais, um jogo da velha adaptado para DVs e outros objetos como telefone, binóculo, etc.

O espaço foi preparado no início do recreio e os alunos DVs foram convidados a brincar. A atividade foi filmada com câmera digital.

b- Resultados obtidos e discussão:

Foram filmados 12 minutos do período do recreio. No início do vídeo apenas 4 alunos do ensino especial estão no tapete de borracha. Eles exploram os brinquedos do balde e brincam isoladamente. A aluna MC brinca com os bichinhos, o aluno H encaixa peças de Lego e conversa com a pesquisadora, a outra aluna DV explora um brinquedo e a aluna DI brinca com o jogo da velha adaptado. Decorridos 2 minutos de filmagem, a aluna MC pega um bichinho e dá par o aluno H dizer o que é. O aluno H não consegue descobrir o nome do bicho, mas permanece com ele na mão enquanto conversa com a pesquisadora. Com 4 minutos de filmagem, 4 alunas, que não são do Ensino Especial, se aproximam e começam a explorar os brinquedos do balde. Logo em seguida, chegam mais duas meninas. Agora são 10 crianças no tapete de borracha. As meninas que chegaram começam a tirar os brinquedos do balde e a mostrar para as colegas. Elas também começam a interagir com os alunos DVs mostrando-lhes os brinquedos. Uma das meninas descobre o quebra-cabeça e entrega ao aluno H que tenta montá-lo. As meninas descobrem no balde um brinquedo de corda que quando apertado, gira. O aluno H pergunta o que é e as meninas mostram para ele como funciona. Outra menina pega um dinossauro no balde e mostra ao aluno H. Ela pergunta o nome do bicho, pega na mão de H e passa seu dedo no bichinho para que sinta a textura enquanto descreve o animal.

Agora há 7 alunos ao redor do tapete. Eles pegam os bichos e dão para H tatear (dinossauros, sapo, tartaruga). Uma aluna procede da mesma forma com a aluna MC. Por volta dos 10 minutos de filmagem, há cerca de 12 crianças brincando com os brinquedos. Umass sentadas no tapete e outras em pé ao redor. A única regra estipulada foi a de brincar no espaço demarcado. As crianças permaneceram brincando e interagindo até o término do recreio. Quando o recreio acabou a pesquisadora pediu que os brinquedos fossem guardados no balde e todos ajudaram a guardar.

Observa-se que os brinquedos favoreceram a interação espontânea entre as crianças. Houve pouca intervenção da pesquisadora que, enquanto

filmava, respondeu às perguntas das crianças e solicitou que brincassem próximo ao tapete.

As crianças demonstraram interesse pelos brinquedos e dividiram suas descobertas com as crianças DVs. Houve muitas verbalizações e mesmo quem não participou diretamente das conversas pode tirar proveito delas.

V – DISCUSSÃO GERAL DOS RESULTADOS DA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

Os resultados das sessões de intervenção psicopedagógica comprovaram as teorias da fundamentação teórica que defendem que a criança cega interage com o mundo de maneira diferente de uma criança que enxerga necessitando de mediação para relacionar-se com o meio até adquirir autonomia e independência para brincar, correr, pular, participar de jogos, brincadeiras e atividades lúdicas (Domingues 2010). Tanto o relato das mães como as filmagens ilustram esta afirmação, que adotamos como hipótese que orientou nossa intervenção.

A necessidade de mediação ficou ainda mais evidente na análise das intervenções psicopedagógicas. O psicopedagogo realizou as mediações adequadas, estimulando e criando formas de comportamento exploratório por meio do contato físico e da fala. As crianças videntes imitaram esse comportamento, que aparece na última sessão interventiva quando as meninas brincam de apresentar os animais para os alunos DVs falarem seus nomes.

Comparando as filmagens das sessões de avaliação com as de intervenção, fica evidente que o jogo abriu uma zona de desenvolvimento proximal possibilitando que se ampliassem as possibilidades de interação entre os alunos DVs e os demais. Todas as sessões de intervenção favoreceram a interação entre os alunos porém, a sessão em que se fez uso dos brinquedos atraiu mais alunos e favoreceu mais a livre interação.

Os jogos e os brinquedos durante o recreio favoreceram a interação e foram reconhecidos por várias pessoas da escola como positivos para a interação dos alunos. A mãe de MC fez comentários espontâneos sobre as sapatatas, alguns professores elogiaram a experiência e um grupo de crianças comentou: “ poderia ser sempre assim”. Tal fato demonstra que as crianças gostaram das atividades, comprovando o que defende Wallon de que, a emoção é o motor, o motivador, do desenvolvimento.

Durante as sessões de intervenção observou-se que as crianças DVs que verbalizaram mais, interagiram mais. Tal fato confirma o que defendem Vygotsky e Domingues. Vygotsky (1997) defende que a linguagem se constitui no principal meio de superar as consequências da deficiência visual e Domingues (2010), que a linguagem

é um dos sistemas funcionais dinâmicos de fundamental importância para a organização da vida dos deficientes visuais.

Observou-se durante as sessões interventivas que as crianças estão receptivas e demonstram gostar de brincar com os alunos DVS. Os alunos são prestativos, atenciosos e pacientes com os alunos do Ensino Especial, comprovando que os objetivos do PPP da escola, relativos à inclusão, estão sendo alcançados.

O projeto interventivo atenuou as diferenças entre as crianças, aproximando-as e melhorando o recreio para os alunos DVs. Tal fato ilustra o estudo de Vygotsky (1997), que concluiu que a educação pode converter o deficiente visual em uma pessoa normal, socialmente válida, e fazer desaparecer a palavra e o conceito de "deficiente" em relação ao cego.

O projeto psicopedagógico foi ao encontro do que defende Scoz (1996), que a psicopedagogia não deve ser direcionada somente para os descompassos da aprendizagem, mas também para a melhoria da qualidade de ensino nas escolas.

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi de grande valia para minha formação. A pesquisa teórica me fez buscar diversos autores e perceber como estes, de certa forma, se completam. Verificar, na realidade, as teorias dos autores também foi um importante momento de construção e propiciou mais segurança para planejar as sessões de intervenção.

Como professora da escola pesquisada, o desafio de poder fazer algo para mudar uma realidade que há muito me incomodava foi incentivador. Este curso me propiciou esta oportunidade. Tal fato demonstra o quanto a pesquisa e a fundamentação teórica são importantes pois, apesar de conhecer a realidade e querer mudá-la, faltavam-me as ferramentas.

A visão do psicopedagogo como o profissional de visão globalizante que, após um estudo da realidade, planeja e media as intervenções no ambiente escolar foi importante para mim. Acredito que, desta forma, a psicopedagogia assuma mais um caráter preventivo do que curativo. Ao invés de esperar que o problema se instale, o psicopedagogo pode atuar evitando-os.

Ao apontar um caminho para melhorar a interação dos alunos DVs da escola estudada, espero ter iniciado um processo de mudança que tenha continuidade. Sempre acreditei que houvesse uma maneira de melhorar a interação desses alunos mas, o trabalho foi mais revelador e teve resultados acima da minha expectativa.

Alguns problemas ocorreram e foram corrigidos durante o processo. Um deles foi quando os alunos não conseguiram permanecer no jogo de bola sem mediação. Entretanto, este momento, também foi de construção.

Este trabalho não tem a pretensão de esgotar o tema, mas a de instigar outros profissionais para que continuem buscando novas maneiras e formas de intervir, garantindo a efetiva inclusão dos alunos com deficiência visual.

Ter vivido a experiência de ser, ao mesmo tempo, professora e pesquisadora participante desta pesquisa, abriu zonas de desenvolvimento proximal em meu processo de aprendizagem como educadora inclusiva. Esta experiência certamente contribuirá para que possa realizar novos estudos e descobertas.

VII –REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bassedas, E., Huguet, T., Marrodán, M., Oliván, M., Planas, M., Rossell, M., Seguer, M., & Vilella, M. (1996). *Intervenção educativa e diagnóstico psicopedagógico*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Carvalho, A. M. A., & Pedrosa, M. I. (2002). *Cultura no grupo de brinquedo. Estudos de Psicologia (Natal)*, 7, 181-188.
- Domingues, C., Sá, E., Carvalho, S. H., Arruda, S.R., & Simão, V. (2010). *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar : os alunos com deficiência visual :baixa visão e cegueira*. (Coleção: A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar). Brasília : Ministério da Educação.
- Fávero, MH (2005). *Psicologia e Conhecimento. Subsídios da psicologia do desenvolvimento para a análise do ensinar e aprender*. Brasília: Edunb.
- González-Rey, F. (2005) *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação*. Trad. Marcel A. F. Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Hueara, L., Souza, C. M. L., Batista, C. G., Melgaço, M. B., & Tavares, F. S. (2006). *O faz-de-conta em crianças com deficiência visual: Identificando habilidades*. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 12(3), 351-368.
- Huizinga, J. (1971). *Homo ludens: O jogo como elemento da cultura* (4. ed.). São Paulo, SP: Perspectiva Editora da Universidade de São Paulo.
- Lewis, V. & Collis, G. M. (s/d). Blindness and psychological development in young children. London. *The British Psychological Society*.
- Masini, E. F. S., (2007). *A pessoa com deficiência visual: Um livro para educadores* (1ª ed.). São Paulo, SP: Vetor.
- Masini, E. F. S., & Shirahige, E. E. (2003). *Condições para aprender: III ciclo de estudos de psicopedagogia Mackenzi*. São Paulo: Vetor.
- Oliveira, M. K. (1997). *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione.
- Pedrosa, M. I., & Carvalho, A. M. A. (1995). A interação social e a construção da brincadeira. *Cadernos de Pesquisa*, 93, 60-65.
- Porto, O. (2009). *Psicopedagogia institucional: teoria, prática e assessoramento psicopedagógico*. Rio de Janeiro, RJ: Wak Ed.

Pulino, L. H. C. Z., & Barbato, S. (2004). *Módulo: Fundamentos de desenvolvimento e da aprendizagem.*(Vol. 1). Brasília: Universidade de Brasília.

Sá, E.D., Campos, M. I., & Silva, M.B. (2007). *Atendimento educacional especializado: deficiência visual.* São Paulo: MEC/SEESP.

Sisto, F., Oliveira, G., Fini, L., Souza, M. T., & Brenelli, R. (1999). *Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar.* Petrópolis: Editora Vozes.

Vygotsky, L. S. (1997). *Obras escogidas: fundamentos de defectología.* (Tomo V). Madrid: Visor.

Vygotsky, L. S. (1991). *A formação social da mente. O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores* (4. ed., J.Cipolla Neto, L. S. Menna Barreto, & S. C. Afeche, Trads.). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1978).

ANEXOS

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
 INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
 Curso de Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Responsável,

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa – **O jogo e o brinquedo como mediadores da interação entre crianças com deficiência visual e videntes.**

No caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Você receberá uma cópia deste termo, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Não há nenhum risco em participar desse estudo. Sua participação não é obrigatória. Ela é voluntária, você só participa se quiser e fica à vontade para desistir da participação a qualquer momento ou para não responder a alguma pergunta específica quando não desejar ou quando ficar incomodado. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com os pesquisadores ou com as instituições envolvidas.

Meu nome é Lígia Marino Alves, pesquisadora responsável, e sou aluna do Curso de Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional. A orientadora desta pesquisa é a professora Dra. Lúcia Pulino e o objetivo desse estudo é investigar as mudanças nas interações entre crianças DV e videntes durante o recreio, a partir da introdução da mediação por meio de jogos e brinquedos.

Para isso, preciso aplicar questionários com os responsáveis e professores(as), e propor atividades com os alunos sobre este tema. Peço a sua colaboração, convidando-o a participar desta pesquisa. É muito importante conhecer a sua opinião.

O conteúdo desta entrevista será mantido em sigilo e só será utilizado para fins de pesquisa. O seu anonimato é garantido. Quando eu for escrever o meu trabalho, não vou colocar seu nome.

As informações construídas e analisadas serão apresentadas a todos os participantes e serão divulgadas posteriormente, podendo ser publicadas em periódicos ou livros de circulação científico-acadêmica.

Estou à inteira disposição para conversar sobre qualquer dúvida que apareça durante a entrevista e desde já, quero lhe agradecer a sua atenção e a sua participação nesse estudo. Meus telefones são 8444-4044 e 96528987 e o endereço do meu programa de pós-graduação é ICC Sul Secretaria do PED- Instituto de Psicologia- UnB- Campus Darcy Ribeiro. Em caso de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB, no telefone 3107-1947.

Brasília, ____ de _____ de 20 ____

Assinatura da pesquisadora: _____

Nome do participante: _____

Assinatura do participante: _____

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP

Curso de Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional

Declaração de autorização de uso de imagem

Eu, _____, responsável pelo(a) aluno(a) _____, autorizo-o(a) a participar das filmagens e permito a utilização das mesmas para a pesquisa – **O jogo e o brinquedo como mediadores da interação entre crianças com deficiência visual e videntes**, sob a responsabilidade da pesquisadora Lígia Marino Alves.

Brasília, __ de _____ de 2011.

Nome do responsável: _____

Assinatura do responsável: _____

ANEXO III

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA (PARTES RELEVANTES PARA O ESTUDO)

PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA CLASSE 410 SUL

Brasília – 2010

Comissão de Elaboração da Proposta Pedagógica:

Emília Soares dos Santos (Diretora)
Luciana Gleyb Cardoso Menon (Vice-diretora)
Sílvia Foizer Teixeira (Supervisora Pedagógica)
Daniel Padilha Santos (Supervisor Administrativo)
Cristina Tibúrcio (Coordenadora Pedagógica)
Edilene Torreão de Freitas (Orientadora Educacional)
Corpo docente (sugestões)
Servidores da Carreira Assistência a Educação
Comunidade Escolar (Conselho Escolar, APM e demais pais)

De acordo com a Proposta Pedagógica da Secretaria de Educação do DF, que discorre sobre a organização escolar pressupõe-se:

“do ponto de vista filosófico, a construção de diretrizes curriculares permeadas por princípios que devem inspirar o currículo e os projetos pedagógicos, quais sejam, princípios axiológicos que possibilitem o fortalecimento dos laços de solidariedade e de tolerância recíproca, a formação de valores, o desenvolvimento como pessoa humana, a formação ética, o exercício da cidadania. E os princípios pedagógicos, estruturados sobre a interdisciplinaridade e a contextualização que vinculem a educação ao mundo do trabalho e à prática social, à compreensão de significados, à preparação para o exercício da cidadania, à construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico, ao aprendizado da flexibilidade para a compreensão das novas condições de vida e de organização social, ao relacionamento da teoria com a prática.”

A presente proposta pedagógica segue os mesmos princípios, atendendo à clientela da Escola Classe 410 Sul, como tributária da Escola Parque 210/211 Sul. Esta proposta representa a necessidade desta Instituição de Ensino, de contribuir para o avanço e desenvolvimento de uma nova forma de ensino permitindo aos alunos desenvolverem seu raciocínio crítico e criativo. Assim, procura abranger todos os processos formativos tais como a família, comunidade e demais instituições.

A Escola Classe 410 Sul oferece Ensino Fundamental de nove anos (Séries Iniciais). É inclusiva de deficiência visual e deficiência mental.

Ciente da importância da formação humana e cristã além das outras competências, procura estimular o uso de todos os recursos pedagógicos e atividades que permitam tratar as habilidades a serem adquiridas pelos alunos de forma contextualizada e interdisciplinar.

Há um esforço conjunto da direção, professores e servidores para facilitar a integração entre os educandos, família e escola, estimulando o fortalecimento de valores, que com certeza estará contribuindo cada dia mais para a formação de cidadãos conscientes que irão assumir de forma significativa seu papel de construtor de uma sociedade mais humana e solidária.

Esta proposta será avaliada ao longo de todo o processo com a participação de toda a comunidade escolar, possibilitando ajustes, a qualquer tempo que se julgar necessário.

A FUNÇÃO SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

A escola deve, assegurar a todos os alunos, principalmente aos portadores de necessidades educacionais especiais, oportunidade de prosseguimento nos estudos, visando sua inserção na sociedade como cidadãos conscientes e agentes transformadores.

Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo a articular seus interesses respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração.

Observar e explorar o meio ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como agente integrante e dependente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação.

Utilizar as diferentes linguagens ajustadas às diferentes intenções e situações de forma a compreender e ser compreendido, expressando suas idéias, sentimentos, necessidades e desejos, enriquecendo, dessa forma, sua capacidade de expressão.

Fortalecer a auto-estima e ampliar de forma gradativa sua capacidade de comunicação e interação social, em especial aos alunos da inclusão.

Conhecer e valorizar as diversas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse e respeito e participação frente às mesmas.

Para que esta instituição de ensino garanta a todos as condições de viver plenamente a cidadania, principalmente em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais serão desenvolvidos os seguintes valores :

Respeito e Tolerância – convívência harmoniosamente com todos sem discriminação, respeitando as diferenças individuais, os alunos com necessidades especiais, e promovendo a integração. Respeito mútuo por meio da percepção de valores e desenvolvimento de atitudes positivas pelo eu, pelo próximo e pelo meio ambiente. Reconhecimento dos limites e das possibilidades pessoais e alheias.

Ética – **reflexão crítica sobre o conjunto de princípios, crenças e regras que orientem o comportamento dos indivíduos da comunidade escolar. Não tem um caráter normativo e sim**

preocupação com a consistência e a coerência entre os valores e as ações, pautadas em uma série de prescrições que as sociedades valorizam e que o Brasil tanto necessita para orientar a conduta dos indivíduos.

Cidadania – uma pedagogia centrada na formação da pessoa solidária, sensível à época em que vive e preparada para ocupar seu lugar de cidadão consciente e participativo.

Justiça – desenvolvimento da capacidade reflexiva de elaborar e analisar normas e regras e a necessidade de sua manutenção em função do atendimento do princípio de justiça. Implica o posicionamento contrário às situações de injustiça tanto no cotidiano como nos acontecimentos próximos e distantes.

Solidariedade – partilhar de um sentimento de interdependência de pertinência a uma comunidade de interesses e afetos, tomando para si para si questões e responsabilizar-se pessoal e coletivamente por elas.

Responsabilidade – habilidade de tomar conta de si mesmo e responder pelos seus atos em relação à comunidade e ao meio ambiente.

Cooperação – promover a cooperação de todos os segmentos da escola nas atividades desenvolvidas.

Religiosidade – proporcionando educação humana e cristã às crianças e esforçando-se por oferecer aos alunos o conhecimento progressivo de si mesmo, das suas potencialidades e limites nas dimensões biológicas, psicológicas, sociais, espirituais e afetivas. Nesse processo ajudar cada um a ser sujeito de sua própria educação e eficiente colaborador na educação dos outros.

Criticidade – adotando metodologias de ensino diversificadas que estimulem a autonomia, o pensamento crítico e o ser capaz de adaptar-se a novas situações, superando a fragmentação do conhecimento.

Honestidade e Simplicidade – demonstrando clareza e honestidade em todas as atividades desenvolvidas de forma objetiva, apreciando as coisas simples da vida.

Liberdade e Criatividade – proporcionando e acolhendo ações inovadoras e criativas por parte de quaisquer membros da comunidade desde que visem melhorar a qualidade de ensino.

MISSÃO

A missão desta instituição de ensino é educar respeitando as diversidades pessoais e do cotidiano da vida escolar, oferecendo aos educandos que aqui estudam um ensino de qualidade contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e capazes de transformar positivamente esta sociedade.

Ser criativamente fiéis à missão educativa por meio de estratégias adequadas ao desenvolvimento do aluno nas quatro relações fundamentais que lhe facilitam construir a felicidade para si e para o desenvolvimento de uma relação construtivista em relação aos outros, à natureza, ao meio ambiente e com Deus (através do cultivo dos valores).

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Escola Classe 410 Sul é uma instituição de ensino, que desde a década de 60 atende alunos de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental. Sua fundação teve como objetivo, de acordo com o Plano Diretor de Brasília, atender as crianças moradoras das quadras vizinhas. Também ofereceu o antigo Ensino Supletivo que foi extinto na década de 90 por número reduzido de alunos, sendo estes transferidos para outra instituição. Nesta mesma década, foi iniciado o atendimento primeiramente, aos alunos com deficiência mental e posteriormente, aos alunos portadores de deficiência visual.

Esta instituição teve seu início em um galpão situado à L2 Sul. Posteriormente, passou a funcionar em um dos blocos da SQS 410 Sul, até a inauguração da atual sede. Sofreu duas reformas, em 1984 e 2007, gozando atualmente de condições satisfatórias para o atendimento aos alunos, principalmente aos portadores de necessidades especiais.

Hoje, os alunos atendidos pertencem não só à Unidade de Vizinhança Escolar (UVE), mas também são oriundos das cidades satélites e do entorno de Brasília.

Em virtude da diversidade da clientela, salienta-se a riqueza social desta instituição de ensino que faz com que seu trabalho pedagógico se torne mais complexo, porém, traz uma oportunidade ímpar de desenvolvimento às crianças e profissionais da educação que aqui atuam.

Orgulhamos-nos em saber que estamos atendendo a terceira geração de famílias sempre procurando proporcionar uma educação de qualidade que marca a vida de cada um que por aqui passa.

DIAGNÓSTICO

A Escola Classe 410 Sul vinculada a DRE/PP Cruzeiro atende atualmente uma clientela de 267 alunos, do Ensino Fundamental de nove anos (1º ao 5º ano) e Ensino Especial, sendo 227 do Ensino Regular e 48 alunos com necessidades especiais (ANEE). Dos ANEE's, 18 compõem classes especiais e os demais estão incluídos nas classes regulares.

Esta clientela inclui alunos da comunidade e de outras cidades satélites e entorno, que por

diversos motivos necessitam estudar neste Estabelecimento de Ensino. Atende também outros alunos portadores de necessidades educacionais especiais (TDAH, DF), que possibilitam um grande enriquecimento na convivência entre alunos e professores, proporcionando um ambiente de inclusão, socialização e solidariedade.

Ao tentarmos oferecer um ensino de qualidade nos deparamos com algumas dificuldades que são inerentes a uma intervenção educacional:

* nível sócio-econômico dos alunos oriundos de classes menos favorecidas onde há desnutrição, pouco ou nenhum acesso à cultura, a não formação de hábitos e costumes (higiene, saúde, etc...) causando prejuízos ao desenvolvimento pedagógico destes alunos;

* a violência que se manifesta nas relações sociais dentro e fora do ambiente escolar, que é reflexo do ambiente em que vivem;

* a atual desestrutura familiar que provoca distúrbios emocionais dificultando o desempenho dos alunos;

* a insuficiência de recursos/apoio provenientes da Secretaria de Educação, que apesar de seus esforços, ainda não atendem plenamente as necessidades da instituição de ensino;

* a incapacidade de gerar na escola uma unidade de pensamento, tornando o trabalho mais harmonioso e coeso.

Cientes destes fatores que interferem sobremaneira no alcance dos objetivos propostos, é imprescindível a participação e o envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar na busca de alternativas que contemplem de êxito o processo educacional, através de um diálogo consciente e constante.

Estes fatores incidem sobre o índice de reprovação de nossa escola. Para elevar o índice de aprovação, estratégias de intervenção serão tomadas na intenção de atingir uma meta melhor de aprendizagem, dentre elas a implantação da Educação Integral, do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) e o Projeto Ciência em Foco, Matemática e Português em Foco (ver anexos).

Iniciaremos também este ano o Projeto Luz das Letras, em parceria com a CEB – Companhia Energética de Brasília, que tem como objetivo o desenvolvimento e o gosto pela leitura.

OBJETIVOS

- Geral:

Proporcionar a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita, do cálculo, da compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamentam a sociedade atual. Desenvolver a capacidade de aprendizagem dos educandos, respeitando o ritmo e a individualidade de cada um tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades, a formação de valores e o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância proporcionando a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (ANEE's) dentro de ambiente harmônico, com respeito e solidariedade.

- Específicos:

- Fundamentar o ensino dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais, do Currículo de Educação Básica do DF, norteado pelas Diretrizes Pedagógicas da SEDF (2009-2013) e legislação vigente;
- Relacionar a teoria com a prática, através de experiências empíricas, dentro do cotidiano escolar, utilizando estes conhecimentos para a formação do conhecimento científico, disponibilizando de toda tecnologia acessível;
- Assegurar o estudo da ciência, valorizando os conhecimentos prévios dos alunos e seu processo de aprendizagem, visando à formação de sua cidadania e respeito à natureza;
- Estimular os recursos humanos a desenvolverem uma prática de formação continuada;
- Desenvolver a consciência ecológica, visando à preservação do meio-ambiente;
- Promover a inclusão satisfatória de alunos com necessidades especiais;
- Oferecer aos alunos e funcionários, um ambiente saudável e acolhedor;
- Proporcionar a integração comunidade-escola;
- Conscientizar a comunidade sobre suas responsabilidades sociais;
- Utilizar adequadamente os recursos financeiros disponíveis;

- Implantar os programas do governo, principalmente a Educação Integral;
- Avaliar os processos de trabalho, verificando os resultados.

FINS E PRINCÍPIOS NORTEADORES

Os fins e princípios norteadores desta proposta foram definidos em consonância com as diretrizes emanadas da Constituição Federal e da LDB vigentes, conforme segue:

TÍTULO II

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Como também nos quatro pilares da educação onde, a prática pedagógica deve preocupar-se em desenvolver quatro aprendizagens fundamentais, que serão para cada indivíduo os pilares do conhecimento: **aprender a conhecer** indica o interesse, a abertura para o conhecimento, que verdadeiramente liberta da ignorância; **aprender a fazer** mostra a coragem de executar, de correr riscos, de errar mesmo na busca de acertar; **aprender a conviver** traz o desafio da convivência que apresenta o respeito a todos e o exercício de fraternidade como caminho do entendimento; e, finalmente, **aprender a ser**, que, talvez, seja o mais importante por explicitar o papel do cidadão e o objetivo de viver.

Os pilares são quatro, e os saberes e competências a se adquirir são apresentados, aparentemente, divididos. Essas quatro vias não podem, no entanto, dissociar-se por estarem imbricadas, constituindo interação com o fim único de uma formação holística do indivíduo.

Presenciamos um momento muito importante em nosso país, o da demanda por educação, que, ao crescer, faz com que sociedade e instituições, em uníssono, movimente-se no atendimento a essa urgência nacional. Essa é uma tarefa importante e é isso que se espera que o Brasil faça. Temos materiais e idéias. É preciso pôr em prática todos os estudos e projetos para a modernização da educação.

Para mudar nossa história e lograr conquistas, precisamos ousar em cortar as cordas que impedem o próprio crescimento, exercitar a cidadania plena, aprender a usar o poder da visão crítica, entender o contexto desse mundo, ser o ator da própria história, cultivar o sentimento de solidariedade, lutar por uma sociedade mais justa e solidária e, acima de tudo, acreditar sempre no poder transformador da educação.

À luz desses princípios norteadores anunciados, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal tem como foco de atuação:

- 1) **Aprendizagem**: A centralidade da ação escolar é o educando e a aprendizagem, não entendida como acumulação de informações e conteúdos, e sim como um processo de formação e de

construção do ser humano, intrínseca aos sujeitos, que se relacionam, que se comunicam e se formam no ambiente social e pedagógico da instituição educacional. Alunos, professores e pais aprendem, quando se relacionam, e se comprometem com conteúdos e novas aprendizagens, de forma sistemática e contínua, no espaço escolar e fora dele, a partir de seus saberes, realidade e expectativas. Aprender é, portanto, tarefa de sujeitos instituintes.

2) **Formação de professores e de gestores**: A formação inicial e em serviço é intrínseca ao ser e, mais ainda, quando se torna professor-educador e gestor da educação escolar. Revigorar e qualificar os atores envolvidos na Educação é um fator de impacto e de mudanças na ação e prática pedagógica dos professores e dos gestores.

3) **Gestão Compartilhada**: Regulamentada pela Lei nº 4.036, de 25 de outubro de 2007, (DODF nº 207, de 26 de outubro de 2007), a gestão compartilhada nas instituições educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal será exercida conforme o disposto no art. 206, VI, da Constituição Federal, nos arts. 3º VIII, e 14 da LDB, e no art. 222 da Lei Orgânica do Distrito Federal. Visa a atingir os objetivos explícitos naquela

4) **Avaliação Institucional**: O Programa de Avaliação do Desempenho da Instituição Educacional medirá tanto a eficácia da gestão escolar quanto da aprendizagem dos alunos. O desempenho das instituições educacionais será medido a partir de um indicador que reunirá diversos quesitos a serem avaliados – quer os que dizem respeito aos aspectos pedagógicos, no caso, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), tais como a Prova e Provinha Brasil criado pelo Ministério da Educação para medir a qualidade da Educação no Brasil; quer os que envolvam a eficácia da gestão.

5) **Semana de Educação para a Vida**: a Lei nº 11.988, de 27 de Julho de 2009 cria a referida semana nas escolas públicas do ensino fundamental e médio de todo o País.

“**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Todas as escolas de ensino fundamental e médio da rede pública no País realizarão, em período a ser determinado pelas Secretarias Estaduais de Educação, a atividade denominada Semana de Educação para a Vida.

Art. 2º A atividade escolar aludida no art. 1º desta Lei terá duração de 1 (uma) semana e objetivará ministrar conhecimentos relativos a matérias não constantes do currículo obrigatório, tais como: ecologia e meio ambiente, educação para o trânsito, sexualidade, prevenção contra doenças transmissíveis, direito do consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, etc.

Art. 3º A Semana de Educação para a Vida fará parte, anualmente, do Calendário Escolar e deverá ser aberta para a participação dos pais de alunos e da comunidade em geral.

Art. 4º As matérias, durante a Semana de Educação para a Vida, poderão ser ministradas sob a forma de seminários, palestras, exposições-visita, projeções de **slides**, filmes ou qualquer outra forma não convencional.

Parágrafo único. Os convidados pelas Secretarias Estaduais de Educação para ministrar as matérias da Semana de Educação para a Vida deverão possuir comprovado nível de conhecimento sobre os assuntos a serem abordados.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 28.7.2009

RECURSOS DIDÁTICOS METODOLÓGICOS

A concepção de aprendizagem adotada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal corrobora com o paradigma, de “uma perspectiva de construção de conhecimento numa relação sócio-histórico-interacionista, fundamentada na convicção de que os conhecimentos científicos necessitam ser reconstruídos em suas plurideterminações” (Orientações Gerais para o Ensino Fundamental de 9 Anos: Bloco Inicial de Alfabetização, 2006.). A partir desses pressupostos, pode-se dizer que o desenvolvimento humano é um processo que se dá do nascimento à morte, em ambientes culturalmente organizados e socialmente regulados, por meio de interações estabelecidas com parceiros, nas quais cada pessoa (adulto ou criança, professor e aluno) desempenha um papel ativo.

Adota-se neste estabelecimento de ensino os mesmos fundamentos teórico-metodológicos da Secretaria de Estado de Educação do DF, baseados na “pedagogia revolucionária” de Saviani (2005, p.75) como a que melhor representa uma educação emancipatória. Isto é, “deriva de uma concepção que articula educação e sociedade e parte da consideração de que a sociedade em que vivemos é dividida em classes com interesses opostos”. Pensando como o autor, compreende-se, neste momento, que não se deve trabalhar o conhecimento destituído de uma visão “crítico-social dos conteúdos”, procurando, na sua contextualização, explicitar as contradições inerentes às sociedades capitalistas, como mecanismo de enfretamento das desigualdades sociais.

Acredita-se, com isso, dar significado real às aprendizagens processadas pelos alunos no interior da sala de aula. Nesse sentido, definir fundamentos teórico-metodológicos tem o objetivo de nortear o trabalho pedagógico na escola.

Entende-se desta maneira, que o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo contínuo, multidimensional e dinâmico, que está sempre em movimento e que ocorre na interação dialética que o organismo tem com o ambiente. Simultaneamente, pessoas e rede de significações são contínuas e mutuamente transformadas e reestruturadas, canalizadas pelas características sociais, físicas e temporais do contexto no qual as interações ocorrem. O conhecimento difere do que defende a escola tradicional, por estimular uma forma de pensar em que o educando reconstrói o conhecimento existente, tornando a aprendizagem significativa.

Nesse sentido, a educação deverá considerar como qualidade fundamental a **relevância e a pertinência** daquilo que se ensina e daquilo que se aprende para se ter certeza dos caminhos que serão trilhados em busca de uma educação para todos e não para determinados grupos.

Nessa perspectiva, valoriza-se uma concepção de escola voltada para a construção de uma cidadania crítica, reflexiva, criativa e ativa, de forma a possibilitar que os alunos consolidem suas bases culturais permitindo identificar-se e posicionar-se perante as transformações na vida produtiva e sociopolítica.

Este estabelecimento de Ensino desenvolve suas atividades pedagógicas através de Unidades de Estudos onde são inseridas as habilidades e competências afins.

Estas Unidades de Estudos envolvem os projetos abaixo listados:

- **Datas e Comemorações Cívicas:**
 - Páscoa
 - Semana da Alimentação
 - Dia da Terra
 - Semana de educação para a Vida
 - Semana do Meio Ambiente
 - Festa Junina
 - Dia do Estudante
 - Dia do Folclore
 - Semana da Pátria
 - Semana de Valorização dos Portadores de Deficiência
 - Festa da Família
 - Semana do trânsito
 - Primavera

- Dia Internacional do Idoso
- Dia dos animais
- Semana da Criança
- Proclamação da República
- Dia da Bandeira
- Dia da Consciência Negra
- Chá Literário: culminância de Projeto de Meio Ambiente
- Dia Nacional de Ações de Graças
- Despedida das 4^{as} Séries: confraternização
- Natal

PROGRAMAS DESENVOLVIDOS/EXECUTADOS:

- **Ciência em Foco**, implantado neste ano pela Secretaria de Estado de Educação do DF em parceria com a Empresa Sangari do Brasil cujo objetivo é oportunizar aos alunos da Rede experiências e o gosto pela ciência, dotando as salas de aula de recursos materiais, e assim revitalizando em nossa escola uma nova metodologia do ensino de Ciências e despertando o caráter investigativo nos alunos.
- **Matemática em Foco**, que tem como objetivo a melhoria da qualidade do ensino de Matemática nas instituições de Ensino Fundamental da rede pública do Distrito Federal, através de recursos da informática (softwares).
- **Português em Foco**, que pretende melhorar também a qualidade do ensino de Português nas instituições de ensino Fundamental da rede pública de ensino do Distrito Federal, através de recursos da informática (softwares).
- **Educação Ambiental**, onde a cada ano estabelecemos parcerias com entidades voltadas para a preservação do meio ambiente;
- **Momentos Cívicos**, que ocorre todas as segundas-feiras com o hasteamento e arreamento da bandeira, com a participação dos alunos e professores entoando o hino nacional;
- **Momentos Religiosos**, realizados semanalmente;
- **BIA – Bloco Integral de Alfabetização**: com atividades planejadas e desenvolvidas de acordo com a referida proposta seguindo as “Quatro Práticas Pedagógicas”;
- **Implantação da Semana para a Vida**: proposta no Calendário Escolar de 2010;
- **Projeto Ciranda Literária: “em fase de elaboração”** que tem como eixo norteador “o despertar” e o “interesse” do aluno pela diversidade textual;
Subprojeto: Chá Literário: que será a culminância do Projeto temático sobre “Meio Ambiente” com foco mensal nos valores e nos direitos dos cidadãos.
- **Projeto: “Indicadores de Inclusão”**, que tem como objetivo trabalhar com os professores sobre os Direitos e Deveres da Criança com o Foco da inclusão(desenvolvido em parceria com alunos do curso de Pedagogia da UnB, 6º semestre este projeto está em fase de estudo para implantação e ocorrerá no decorrer do ano letivo de 2010).
- **Laboratório de Informática**: oportunizar aos educando o acesso a educação virtual com atividades pedagógicas planejadas pelo professor regente.
- Da Associação de pais e Mestres (APM), que é uma pessoa jurídica de direito privado, criada por tempo indeterminado, sem fins econômicos;

Obs. É regida por um regimento e a contribuição é voluntária.

- Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF, que visa garantir os meios para a efetivação de uma Proposta Pedagógica, na Instituição Educacional, que assuma o desenvolvimento de um currículo por competências, que pressupõe a centralidade no aluno e, portanto, na aprendizagem, cujo foco é a qualidade, a autonomia, a prática pedagógica diversificada e a pedagogia ativa.
- Programa Dinheiro Direto na Escola que é uma ação do Ministério da Educação executada pelo FNDE que consiste no repasse de recursos diretamente às escolas do Ensino Fundamental estaduais, do Distrito Federal e municípios com mais de 20 alunos matriculados;
- Da cessão de espaço para a telefonia celular.

AVALIAÇÃO

A *avaliação pedagógica* seguirá os moldes propostos pela lei, dentro da concepção dos Parâmetros Curriculares Nacionais, pelas Orientações Curriculares da SEEDF (Ensino Fundamental- Séries e Anos Iniciais), e pelas Diretrizes de Avaliação do Processo de Aprendizagem para a Educação Básica da SEEDF, que fogem da visão tradicional e que é compreendida como um “conjunto de atuações que têm a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica, levando o professor a uma reflexão e o aluno a uma tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades”.

Porém, a *avaliação da aprendizagem* não pode ser separada de uma necessária *avaliação institucional*, mesmo que elas sejam de natureza diferente: enquanto esta diz respeito à instituição, aquela se refere mais especificamente ao rendimento escolar do aluno. São distintas, mas inseparáveis. O rendimento do aluno depende muito das condições institucionais. Em ambos os casos a avaliação, destina-se à emancipação das pessoas e não à sua punição, à inclusão e não à exclusão.

Dessa forma, a *avaliação institucional* não pode reduzir-se a um processo técnico por que ela deve estar inserida num projeto de educação e de sociedade, um projeto político-pedagógico. Na perspectiva de uma “práxis transformadora” a avaliação deve ser considerada como um “compromisso com a aprendizagem de todos” e “compromisso com a mudança institucional”. Afinal, a avaliação institucional e escolar coloca em evidência os fins da educação e as concepções pedagógicas, ela se constitui num momento privilegiado de diálogo e reflexão sobre a prática.

Assim, deve ser oportunizado ao aluno ser avaliado de forma diversificada e processual, utilizando-se de instrumentos tais como: observação, relatórios, questionários, pesquisas, testes/avaliações, entrevistas, auto-avaliação, entre outros. Considerando-se suas várias dimensões: diagnóstica, participativa, contínua e cumulativa.

Em relação aos alunos da inclusão a avaliação se dará por meio de adaptação e modificação de técnicas, instrumentos e procedimentos. Sendo necessário, a introdução, eliminação ou adaptações de critérios de avaliação em consonância com as necessidades especiais de cada um.

Além dessas iniciativas, também serão oferecidos momentos de aconselhamento, levantamento de soluções, projetos de recuperação, apoio, incentivo, reformulação das estratégias do trabalho docente, pois estes são aspectos que favorecem a pedagogia de competências.

Como atendemos alunos do Ensino Fundamental em séries e anos iniciais, de acordo com o Regimento Escolar da Secretaria de estado de Educação do Distrito

Federal, eles não são contemplados com o regime de dependência, pois este só é oferecido nas séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio que trabalham com componentes curriculares.

Salienta-se que a avaliação será um processo contínuo durante o ano, em todos os momentos. Toda a organização do trabalho a ser realizado nesta instituição de ensino será avaliada constantemente através de reuniões frequentes com os professores, Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres e Comunidade Escolar.

PLANO DE AÇÃO

	OBJETIVOS	METAS	ESTRATÉGIAS
DIMENSÃO PEDAGÓGICA E SOCIAL	1- Fundamentar o ensino dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais, do Currículo de Educação Básica do DF, norteado pelas diretrizes Pedagógicas da SEEDF e Legislação Vigente	<ul style="list-style-type: none"> - No início de cada semestre, realizar o planejamento pedagógico com os professores. - Abordar no decorrer do Ano Letivo, os temas transversais: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual, prevenção contra o uso das drogas e violência. -Pautar o planejamento semanal em acordo com as Diretrizes pedagógicas da SEEDF. -Aplicar as legislações vigentes com relação aos seguintes temas: História e Cultura Afro-Brasileira, Voluntariado, Ensino religioso, Semana da Pessoa portadora de Deficiência e estudo da Música. - Executar os Programas Ciência em Foco, Português e Matemática em Foco. 	<ul style="list-style-type: none"> - Formar grupos de estudos e debates com os professores sobre assuntos pedagógicos e áreas afins. - Elaborar e preencher instrumentos de registro do planejamento pedagógico semanal. - prever estratégias para a coordenação semanal por série com os professores dos dois turnos. - Estudar as leis vigentes relacionada aos temas incluídos por lei ao conteúdo pedagógico, elaborando e executando projetos educacionais. - Participar dos treinamentos, planejar e desenvolver os programas Ciência em Foco e Português e Matemática em Foco, respeitando o cronograma proposto. - Implantar a Proposta do BIA (Bloco Inicial de Alfabetização), objetivando efetivar a tão sonhada qualidade de ensino para todos.
	2- Estimular a leitura e o gosto pela escrita.	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar o acesso dos alunos ao acervo bibliográfico da escola, promovendo anualmente eventos literários que estimulem a leitura e a escrita. 	<ul style="list-style-type: none"> Viabilizar o atendimento dos alunos na biblioteca, permitindo o empréstimo de livros e incentivando o gosto pela leitura. - Organizar o “Chá Literário”, saraus, concursos de redação, confecção de livros de literatura, exposições de trabalhos. - Convidar escritores da cidade para entrevistas e/ou lançamento de livros
	3- Reduzir o índice de	<ul style="list-style-type: none"> - Oferecer semanalmente 	<ul style="list-style-type: none"> - Preencher relatórios de

	repetência escolar.	<p>reforço escolar, promovendo a recuperação processual.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Investigar as possíveis causas do baixo-rendimento escolar. - Realizar avaliações de procedimentos pedagógicos. 	<p>encaminhamento para a equipe psicopedagógica.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Manter contato direto com a equipe psicopedagógica, promovendo ações conjuntas. - Implementar as ações da Orientação Educacional através da elaboração e aplicação de projetos especiais. - Promover aconselhamento de alunos e pais através da Orientação Educacional. - Promover palestras com profissionais das áreas de psicologia, psicopedagogia, fonaudiologia e saúde.
DIMENSÃO PEDAGÓGICA E SOCIAL	4- Promover ações para a elevação da auto-estima dos alunos.	- Minimizar as ações da baixa-estima em relação ao baixo rendimento escolar.	<ul style="list-style-type: none"> - Preencher relatórios de encaminhamento para a equipe psicopedagógica. - Manter contato direto com a equipe psicopedagógica, promovendo ações conjuntas. - Implementar as ações da Orientação Educacional através da elaboração e aplicação de projetos especiais. - Promover aconselhamento de alunos e pais através da Orientação Educacional. - Promover palestras com profissionais das áreas de psicologia, psicopedagogia, fonaudiologia e saúde.
	5- Desenvolver a consciência ecológica visando a preservação do meio ambiente.	<ul style="list-style-type: none"> - Promover ações para estimular nos alunos a preocupação com o meio ambiente. - Reduzir o consumo de água, energia, lixo e desperdícios. 	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhar os conceitos dos 4 Rs: reduzir, reutilizar, reciclar e repensar. - Realizar durante o ano letivo a coleta seletiva. - Realizar campanhas, concursos de slogans, oficinas de reciclagem. - estabelecer parcerias com entidades de preservação ecológica.
	6- Promover uma inclusão satisfatória de alunos com necessidades educacionais especiais.	Sensibilizar durante todo o ano letivo, toda a comunidade escolar para o acolhimento destes alunos, respeitando suas limitações e promovendo	<ul style="list-style-type: none"> - Promover discussões e explicações em sala de aula e em reuniões. - Estimular a participação destes

		<p>sua acessibilidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver as adequações curriculares necessárias com todo pessoal envolvido. - Oferecer o atendimento na sala de recursos e material adaptado. 	<p>alunos nas atividades coletivas da escola: passeios, apresentações, etc.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reunir professores regentes e das salas de recursos para a realização das adequações curriculares necessárias. - Aplicar avaliações diagnóstica. - Proporcionar grupos de estudos sobre as deficiências para um melhor atendimento. - Levar cada caso ao Conselho de Classe para uma decisão coletiva. - Elaborar cronograma de atendimento individual na sala de recursos. - Utilizar materiais didáticos adaptados.
DIMENSÃO PEDAGÓGICA E SOCIAL	7- Oferecer aos nossos alunos um ambiente saudável e acolhedor.	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir os eventos de violência, intolerância e preconceito. - Divulgar a todos os segmentos o regimento Escolar no que diz respeito as normas disciplinares. - Oferecer aos alunos das 4^{as} Séries o PROERD (Programa de Prevenção contra as Drogas e Violência). 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar e executar projetos para o recreio: <i>Recreio Legal</i>. - Promover o monitoramento do recreio. - Promover eventos educativos incentivando o aprender brincando. - Elaborar o Manual Escolar com orientações baseadas no Regimento Escolar. - Adquirir brinquedos para a hora do recreio. - Solicitar ao batalhão escolar a realização do PROERD.
	8- Conscientizar os alunos sobre suas responsabilidades sociais.	- Adotar e/ou apoiar pelo menos uma entidade filantrópica durante o ano.	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar campanha de doações. - Promover a Semana do Voluntariado. - Programar visitas a instituições de caridade.
DIMENSÃO PEDAGÓGICA	10- Proporcionar a integração comunidade-escola	- Aumentar a participação e presença dos pais nas reuniões escolares, nas comemorações e atividades afins.	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar e comunicar com antecedência o cronograma das reuniões de pais e Mestres. - Comunicar os horários de

			<p>atendimento aos pais dos professores regentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incentivar a participação de todos os pais e responsáveis na APM (Associação de pais e Mestres) e no Conselho Escolar. - Realizar o Conselho de Classe Participativo envolvendo todos os seguimentos escolares. - Incluir a escola em Projeto e Programas Especiais: Amigos da Escola, Parceiros da Escola, Ginástica nas Quadras. - Proporcionar comemorações envolvendo toda a comunidade escolar.
	11- Proporcionar uma alimentação adequada e equilibrada.	- Oferecer uma merenda escolar variada e enriquecida.	<ul style="list-style-type: none"> - Complementar com os recursos da APM o cardápio fornecido pela SEEDF. - Pesquisar o gosto dos alunos para a elaboração do cardápio mensal, respeitando as orientações nutricionais. - Trabalhar as orientações nutricionais com os alunos através do Projeto de Educação Nutricional“ Alimentando o Saber” .
	12- Estimular os recursos humanos a desenvolver uma prática de formação continuada.	- Informar aos funcionários o cronograma de cursos oferecidos pela EAPE.	<ul style="list-style-type: none"> - Permitir ampla divulgação dos cursos de formação profissional realizados pela EAPE. - Motivar os professores e funcionários a participarem dos cursos oferecidos. - Motivar a participação em concursos.
	13- Oferecer aos alunos a iniciação digital.	- Implementar o Laboratório de Informática, através do oferecimento de oficinas de informática.	<ul style="list-style-type: none"> - Oferecer oficinas de Inclusão Digital para os alunos matriculados através da Educação Integral. - Equipar e dar manutenção nos computadores do Laboratório de Informática. - Planejar e acompanhar os monitores na realização das oficinas de informática.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Subsecretaria de Suporte Educacional
Diretoria de Unidades Regionais – DRE – PP/Cruzeiro
ESCOLA CLASSE 410 SUL



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação – Departamento de Teoria e Fundamentos
Disciplina: Projeto IV Fase A
Professora: Patrícia Neves Raposo
Carga horária: 120 horas
Créditos: 08
Código: 194751
Fase A

Projeto IV - Fase I

INCLUSÃO E PRÁTICA DOCENTE COM ALUNOS DEFICIENTES VISUAIS

JUSTIFICATIVA

A compreensão do significado da inclusão escolar e suas implicações na formação do professor exige uma nova organização dos espaços de ensino e aprendizagem e a mudança nas posturas e atitudes acerca das possibilidades pessoais, educacionais e sociais de sujeitos que apresentam deficiência visual.

O currículo escolar constitui a pedra angular sobre a qual se constroem a qualidade do ensino e a efetividade do processo de aprendizagem. Perspectivas para promover a inclusão escolar e prevenir mecanismos de exclusão constituem responsabilidade precípua da escola democrática e começam na sala de aula, mediante o compromisso docente com a aprendizagem do aluno e o uso de estratégias de ensino que viabilizem sua aprendizagem curricular.

Neste sentido, o processo de inclusão exige a produção de políticas e o desenvolvimento de culturas inclusivas, que abriguem práticas pedagógicas convergentes com este propósito. A ação pedagógica que responde à demanda de aprendizagem e desenvolvimento do aluno enfatiza a avaliação em diferentes espaços e âmbitos, e implica a oportunidade de êxito escolar em ambientes favoráveis de aprendizagem, mediante o planejamento que leve em conta a identificação de possibilidades e demandas específicas do aluno.

Um currículo acessível e inclusivo deve ser desenvolvido, além da adoção de sistemas qualificados de apoio, quando necessário. A acessibilidade à aprendizagem escolar exige que se considere um planejamento curricular adequadamente criado, considerando desafios acadêmicos compatíveis com a diversidade dos alunos. A resposta à diversidade, portanto, deve ser o eixo da tomada de decisão escolar, tendo em vista a perspectiva de educação personalizada, em oposição à massificação do ensino. Deste modo, medidas de adequação curricular são demandadas, individualmente e em relação à globalidade da escola e da sala de aula.

EMENTA

Teoria e prática docente na efetividade da inclusão escolar; importância da avaliação funcional e educacional para o planejamento e desenvolvimento curricular; premissas educacionais, programas e sistemas de apoio para educandos com deficiência visual. A formação do professor e seu papel na educação inclusiva: Competências para a prática

inclusiva; educação inclusiva sustentável: redes de apoio, parcerias, gestão curricular, políticas públicas afirmativas e culturas inclusivas.

OBJETIVOS

- Compreender a significação da inclusão escolar de deficientes visuais e suas implicações na formação do professor e no seu trabalho pedagógico/ educacional;
- Desenvolver competências e habilidades que viabilizem a prática pedagógica com educandos deficientes visuais no contexto da inclusão escolar.
- Identificar a diversidade na aprendizagem visando a constituição da subjetividade que otimize as possibilidades pessoais e sociais dos educandos.
- Refletir sobre a diversidade de sujeitos e as necessidades educacionais especiais com vistas à compreensão de suas manifestações no desenvolvimento de habilidades e competências no processo de ensino e de aprendizagem;
- Identificar a acessibilidade de recursos da Tecnologia da Informação e Comunicação como estratégia do processo de ensino aprendizagem de educandos com deficiência visual;
- Situar a avaliação como mediadora do planejamento e desenvolvimento curricular, tendo em vista as necessidades educacionais da escola e dos educandos;
- Discutir a adequação curricular, na perspectiva da inclusão e prevenção da exclusão escolar;
- Analisar e desenvolver estratégias de adequação curricular e de acesso ao currículo nos âmbitos individual, da escola e da sala de aula para educandos com deficiência visual;
- Discutir o papel da comunidade na constituição do projeto pessoal e na inclusão social do sujeito com deficiência visual.

PROGRAMA

1. Aprendizagem e desenvolvimento na perspectiva histórico-cultural. A defectologia e o sujeito cego. O sujeito que aprende e sua subjetividade. Participação das redes de apoio. Gestão escolar, políticas públicas e cultura inclusiva.
2. Aspectos básicos da anatomia, fisiologia e principais patologias da visão. Definição legal, médica e educacional de deficiência visual. Conceitos fundamentais sobre visão e deficiência visual.
3. Avaliação funcional e educacional do aluno com deficiência visual. Proposta de avaliação multiprofissional. Avaliação assistida.
4. Organização do sistema de apoio na rede regular de ensino. Salas de apoio, salas de recursos, itinerância e CAP.
 - Alternativas metodológicas na educação de alunos cegos e com baixa visão: Atividades de vida cotidiana, orientação e mobilidade. Área da comunicação: Sistema Braille, Soroban, escrita cursiva, tecnologia da informação e comunicação.
 - Baixa visão: recursos comuns e específicos para escrita e leitura. Principais recursos utilizados em sala de aula para enxergar de perto e de longe. Ampliação: manual, por meios técnicos e tecnológicos. Atividades coletivas em sala de aula e na escola.
5. Tecnologia assistiva para deficientes visuais: recursos, equipamentos, computadores, programas leitores de tela, impressão braille, recursos de magnificação.
6. Currículo flexível e real: as adequações de acesso e dos elementos curriculares. Níveis de adequação curricular: escola, sala de aula e individual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONZÁLEZ REY, F. L. O Sujeito que Aprende – Desafios do desenvolvimento do tema da aprendizagem na psicologia e na prática pedagógica. In: TACCA, Maria Carmem Villela Rosa (Org.) Aprendizagem e trabalho pedagógico. Campinas: Alínea, 2006.

RAPOSO P. N; CARVALHO, E. N. S. de. Inclusão de alunos com deficiência visual. Ensaio Pedagógico: Construindo escolas inclusivas. MEC. Brasília, 2005.

RAPOSO, P. N. O impacto do sistema de apoio da Universidade de Brasília na aprendizagem de universitários com deficiência visual. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. 2006. Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, 2006.

VIGOTSKI, L. S. Obras Completas: Tomo V. Fundamentos da defectologia. La Habana: Pueblo e Educação, 1989.

_____. Fundamentos de defectologia. In: Obras completas. Tomo 5. Ciudad de La Habana: Pueblo Y Educación, 1995.

LINHARES, M. B. M. Avaliação assistida: fundamentos, definição, características e implicações para a avaliação psicológica. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 11, n.1, p. 23-31, jan.-abr. 1995.

SIAULYS, M. O. De C. A inclusão do aluno com baixa visão no ensino regular. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 68 p.: il. Color.

<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18622.html>

LINHARES, M. B. M. Avaliação assistida: fundamentos, definição, características e implicações para a avaliação psicológica. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 11, n.1, p. 23-31, jan.-abr. 1995.

SIAULYS, M. O. De C. A inclusão do aluno com baixa visão no ensino regular. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 68 p.: il. Color.

<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18622.html>